



ANO XIX - Nº 234
agosto de 2008

Jornal AEBA

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

SOMOS 450 MIL

Juntos para avançar!

2008

Mais Salário

Mais Bancári@s

Melhor
Qualidade de Vida

NESTA EDIÇÃO

**TÚNEL
DO TEMPO**

○ PÁG. 2



**BANCO DA AMAZÔNIA: INSTITUIÇÃO
IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

○ PÁG. 3

FUNDO DA AMAZÔNIA SEM O SEU BANCO?

Já foi publicado o Decreto n.º 6.527, que institui o Fundo Amazônia, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A norma autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a captar recursos privados a partir de doações voluntárias, sejam nacionais ou estrangeiras, para investir em ações de prevenção, monitoramento, e combate ao desmatamento. A expectativa do Ministério do Meio Ambiente é de que o mecanismo capte US\$ 1 bilhão já no primeiro ano. A Noruega já teria oferecido R\$ 100 milhões.

O Fundo atuará ainda nas áreas de gestão de florestas e áreas protegidas, controle e fiscalização ambiental, manejo florestal sustentável, atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta, ordenamento territorial e regularização fundiária, conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Um comitê orientará as ações do Fundo. Participarão do grupo, representantes dos Ministérios: do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; das Relações Exteriores; da Agricultura; do Desenvolvimento Agrário; da Casa Civil; dos governos estaduais; e da sociedade civil.

Já surgiram alguns questionamentos na mídia regional acerca da não menção do Banco da Amazônia. Sobre isso, vale lembrar que o BNDES é um banco de desenvolvimento puro, isto é, não dispõe de rede operacional, valendo-se sempre da intermediação de instituições financeiras. Desse modo, acreditamos seja possível que o nosso Banco faça parte dessa intermediação por ocasião das aplicações.

De qualquer modo, a ausência, por enquanto, da instituição no Comitê do Fundo, deve deixar-nos de sobreaviso, uma vez que se associa a outros fatos que parecem demonstrar uma má vontade ou pelo menos miopia quanto aos tecnocratas do Governo em relação ao Banco da Amazônia.

Ressaltaremos, entre outros, um estudo efetuado pelo IPEA acerca do desempenho dos Fundos Constitucionais de Financiamento, encomendado pelo Ministério da Integração Nacional, concluindo que os benefícios esperados destes tem sido pequenos em termos de emprego, produtividade e de outros indicadores puramente econômicos. O relatório final, sem discussões com as equipes dos bancos gestores, laborou em cima de metodologia no mínimo controversa. A exemplo, no caso do FNO descurou-se da importância da agricultura familiar, que tem sido sua prioridade, preferindo tabular dados comparativos (extraídos da RAIS) entre empresas aquinhoadas versus não aquinhoadas pelo Fundo, para tentar demonstrar a pequena efetividade deste; além de concentrar sua amostra nos dados de período em que a plena maturidade dos empreendimentos apoiados pelo Fundo ainda não havia sido alcançada, distorcendo, pois, seus indicadores.

A AEBA insiste nesse assunto, objeto novamente de editorial deste jornal. Entendemos que seja necessário o Banco mostrar à sociedade que de fato vem apresentando resultados desenvolvimentistas em sua atuação, calçados em indicadores que levem em consideração um período mais prolongado e que incluam os itens sócio-econômicos próprios de uma análise com base na moderna concepção de desenvolvimento incluyente, economicamente efetivo, socialmente justo e com respeito à conservação do patrimônio natural desta e das gerações futuras.

Essa ação é fundamental para combater a visão preconceituosa quanto a Instituição e a Região, bem como para neutralizar tais “relatórios” e tais “esquecimentos” da inclusão do Banco da Amazônia em assuntos que dizem respeito à sua área de atuação, sob pena de nos defrontarmos com um processo cumulativo de enfraquecimento da empresa, culminando com sua extinção.

Túnel do Tempo

Em tempos de campanha salarial, recordamos esta foto de março de 1989, em mais uma atuação da AEBA decisiva na mobilização da categoria. No último ano do Governo Sarney, a Associação entrou firme em defesa dos interesses dos empregados do Banco, reivindicando naquela época, um reajuste de salário correspondente a perda de 26,06%, resultante do confisco feito pelo Governo. Houve greve de pelo menos dois dias no Banco da Amazônia.



JORNAL DA AEBA

Rua Ferreira Cantão, 42 - Campina CEP: 66.017-110 - Belém - PA
Fones: (91) 3242-1766 • 3241-5628 • Fax: 3212-3574

Expediente

Direção Executiva
Presidente: Sérgio Trindade; **Diretores:** Dulce Helena Costa, Luís Paulo Amador, Roosevelt Santana Ferreira, Hilton César Paixão
Conselheiros
Ronaldo Silva, Maria das Graças Santos e José Américo

Jornalista Responsável: Camila Moreira - DRT/PA 1635
Estagiária: Élida Galvão
Projeto Gráfico e Editoração: Osimar R. Araújo
(osi_araujo@hotmail.com)
Impressão: Agranell Editora, (91) 3087-1851



BANCO DA AMAZÔNIA: INSTITUIÇÃO IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DA REGIÃO

Defender o Banco da Amazônia e mostrar a necessidade de um banco regional. Essa foi a principal incumbência do diretor de Formação, Comunicação e Apoio da AEBA, Roosevelt Ferreira, que esteve reunido com o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gerson Almeida, no Palácio do Planalto, na capital federal. A reunião aconteceu no dia 28 de julho, com a presença do presidente da AFBNB, José Frota de Medeiros, e do diretor de Comunicação, Dorisval de Lima.

O encontro serviu para que a diretoria das duas entidades apresentasse suas preocupações em relação ao teor da PEC 233/08, que trata da Reforma Tributária. Isto considerando que a proposta apresenta pontos que podem prejudicar as regiões Norte e Nordeste, por não assegurar a operacionalização dos recursos dos fundos constitucionais – FNO e FNE – ao Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

Na oportunidade, Roosevelt apresentou o documento “A Amazônia e seu Banco”, produzido especialmente pela AEBA em defesa do Banco da Amazônia, para que os parlamentares e a sociedade civil conheça melhor essa instituição financeira, seu modo de atuação, a necessidade de um banco público regional e suas perspectivas de desenvolvimento. “A AEBA está cumprindo com sua função ao alertar sobre a perda gradativa do papel dos bancos da Amazônia e do Nordeste e do risco que eles correm caso a PEC da Reforma Tributária seja aprovada com seu texto original. Defendemos que os fundos continuem nas mãos dos bancos regionais, até porque são eles que mantêm o tratamento diferenciado e favorecido às áreas excluídas e seus efeitos desenvolvimentistas necessários para estas regiões”, avaliou Roosevelt.

Após ouvir atentamente todas as ponderações das duas entidades, o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gerson Almeida, disse que diante da situação, as entidades não poderiam ser omissas com relação ao texto da PEC, mas que acima de tudo o presidente Lula pretende com a Reforma Tributária acabar com a guerra fiscal entre os estados. O secretário reconheceu ainda a



intervenção da AFBNB e da AEBA como positiva e destacou que o governo é sensível às preocupações colocadas. O secretário se comprometeu ainda a levar as questões ao conhecimento do presidente Lula.

PREVIDÊNCIA – No mesmo dia pela manhã, Roosevelt Ferreira e a diretoria da AFBNB foram recebidos pelo ministro da Previdência, José Pimentel. Boa parte do encontro serviu para discutir questões relacionadas à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef). A PEC da Reforma Tributária também foi pauta debatida com ministro, que é autor da Emenda 186, que define a distribuição dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e garante a constitucionalidade da aplicação dos recursos pelas instituições de desenvolvimento regionais, fato não mencionado na proposta original, o que colocaria em risco, se aprovada, a sustentabilidade dos bancos regionais, uma vez que abriria a possibilidade de bancos comerciais terem acesso a recursos que seriam destinados ao financiamento produtivo em regiões deprimidas.

EMPREGADOS – A cartilha em defesa do Banco da Amazônia foi distribuída em primeira mão pela AEBA aos empregados e seus associados, que desempenham papel importante dentro da instituição financeira. A distribuição aconteceu no dia 10 de julho, dando continuidade às comemorações da Associação pelos 66 anos de fundação do Banco.



Curtas

• Realce

Dentre as teses apresentadas durante a 10ª Conferência Nacional dos Bancários, a Articulação Bancária, uma corrente de pensamento do movimento sindical, destacou merecidamente em sua tese a importância do Banco da Amazônia. A necessidade de um banco regional foi muito bem justificada com ênfases para a evolução histórica do banco, seus instrumentos operacionais, o papel do crédito e o que banco ainda pode fazer para continuar construindo o futuro da Amazônia e do Brasil.

• Cartilha

Recebemos inúmeros elogios pelas ações que a Associação vem empreendendo, em especial pela excelente publicação da cartilha “A Amazônia e seu Banco”, dentre os quais destacamos os cumprimentos da Federação do Comércio do Estado do Pará, Embrapa, FACEPA, além de empregados que nos parabenizaram, como Bianca Mascarenhas (GERAG) e José Valentim Mota (SECRE).

• FSM 2009

Na reunião do Grupo de Facilitadores do Fórum Social Mundial (GF), que aconteceu no dia 8 de agosto, o diretor da AEBA, Luís Paulo Amador, que representa a Associação, foi indicado para dialogar com a Prefeitura de Belém sobre melhorias na infra-estrutura da cidade para sediar o FSM 2009. Em outra reunião no último dia 12 com o prefeito de Belém, Duciomar Costa, foi entregue uma correspondência oficial do GF, solicitando ações de preparação da cidade para o evento e agenda sistemática de reuniões com o GF.

O que AEBA e AFBNB querem com a PEC?

As duas entidades não têm dúvida sobre a necessidade imediata da Reforma Tributária e do fim da guerra fiscal que virá através dela, mas não de qualquer maneira, que além de não alterar a estrutura de concentração de renda, ainda pode fragilizar os instrumentos da política regional de desenvolvimento e esvaziar as instituições que operacionalizam esse sistema, interferindo no processo de desenvolvimento do Nordeste e Norte.

O objetivo da campanha, que serve como subsídio a seus associados e busca o diálogo com parlamentares e instituições, é garantir a constitucionalidade da operacionalização dos recursos do FNO e FNE, além de assegurar à região amazônica e à semi-árida destinação privilegiada de recursos, dadas as suas peculiaridades e a seus indicadores sociais baixos que, historicamente carecem de uma política que não apenas favoreça o crescimento econômico, mas sim o desenvolvimento sócio-econômico, em um sentido mais amplo, com a distribuição da riqueza nacional e a redução das desigualdades.

RUMO À CAMPANHA SALARIAL

SEMINÁRIO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA DEFINE PAUTA ESPECÍFICA



Construir conjuntamente a minuta de reivindicações dos trabalhadores para a Campanha Salarial 2008. Esse foi o principal objetivo do Seminário específico dos empregados do Banco da Amazônia, realizado no último dia 2 de agosto, em Belém (PA), pela AEBA e pelo Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá. Bancários e bancárias passaram uma manhã inteira na elaboração da minuta específica a ser entregue em breve a diretoria do Banco. O Seminário foi uma deliberação aprovada na III Conferência Regional dos Bancários do Pará e Amapá.

Os participantes presentes contribuíram com diversas propostas divididas nas temáticas saúde, segurança bancária, remuneração, educação, mobilização e estratégia. As propostas enviadas pelos sindicatos da base e por outros trabalhadores que não estiveram presentes no Seminário, mas quiseram colaborar com a construção da minutas específicas,

também foram consideradas. O próximo passo agora, depois de reunidas as reivindicações dos trabalhadores, é a conclusão do texto final da pauta específica a ser feito conjuntamente pela AEBA e SEEB-PA/AP. “Depois da Conferência Nacional, essa é uma etapa fundamental onde todos precisam participar e dar suas sugestões. Que venha mais uma Campanha Nacional”, ressaltou Sergio Trindade, presidente da AEBA, e vice-presidente da Fetec/CN, que esteve participando da 10ª Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida mês passado, em São Paulo.

Lembrando apenas que, como ocorreu no ano passado, as reivindicações específicas dos empregados do Banco da Amazônia serão incluídas como aditivo na minuta geral da Contraf-CUT, aprovada na 10ª Conferência Nacional da categoria.

A Assembléia Geral que aconteceu no dia 7, no auditório do SEEB PA/AP, aprovou a minuta geral da categoria bancária, que será entregue à FENABAN no próximo dia 13 de agosto. O dia para a entrega da reivindicação específica do Banco da Amazônia ainda será definido, mas o período está marcado para depois da entrega da pauta geral da categoria.

PAPEL SOCIAL - Sergio Trindade participou dentro da 10ª Conferência da plenária que estabeleceu as estratégias diante das fusões e incorporações de bancos regionais. Na oportunidade, os bancários reafirmaram a importância do papel dos bancos públicos, com a construção de uma agenda política que envolva toda a sociedade nesse debate sobre o perfil que o sistema financeiro brasileiro está assumindo. As resoluções tomadas na plenária serão enviadas aos governos dos estados que têm bancos públicos e ao governo federal.

Sergio Trindade, durante as discussões na plenária, teve a oportunidade de se manifestar por duas vezes durante os debates. No ensejo, aproveitou para alertar sobre a tramitação da PEC 233/08, da Reforma Tributária, que ameaça a estabilidade dos bancos de desenvolvimento regional. “O texto original da Proposta é uma ameaça para nós, para a Região e para toda a sociedade que, direta ou indiretamente, depende da Amazônia. Se prevalecer o texto enviado pelo Governo Federal, os bancos da Amazônia e do Nordeste terão grandes prejuízos”, avaliou.

Aumento do piso é uma das prioridades da campanha. Meta é o mínimo do Dieese

Um dos focos principais da Campanha Nacional dos Bancários 2008 será a luta pela elevação do piso da categoria. A proposta que está na pauta de reivindicações, aprovada pela 10ª Conferência Nacional dos Bancários, traz este ano uma novidade sobre essa reivindicação antiga dos bancários.

Como no ano passado, o objetivo é que o salário inicial de todos os bancários, hoje em R\$ 921,49, seja equivalente ao salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, atualmente em R\$ 2.074. Esse ano, no entanto, os bancários formularam uma estratégia diferenciada que prevê um aumento progressivo para, em três anos, atingir o objetivo.

Nesse ano, a reivindicação é que seja somado ao valor do piso 50% da diferença entre o piso atual e o salário mínimo do Dieese, ou seja, R\$ 576,26. Assim, a partir de 1º de setembro deste ano, o piso passaria a ser de R\$ 1.497,75, um reajuste de 62,54%.

Em 2009 e 2010 seria incorporado ao valor mais 25% da diferença em cada ano, alcançando o total em três anos. Em valores de hoje, essas duas etapas equivaleriam a 19,24% de reajuste em 2009 e 16,13% em 2010.

Para a Contraf, a elevação do piso é um ponto primordial desta campanha. Isso porque, além de valorizar os salários mais baixos, a elevação tem reflexos para as gerências médias, cujas comissões são calculadas proporcionalmente ao valor do piso. Assim, os bancários na primeira comissão, estabelecida hoje em 55% do valor do piso, passariam a receber R\$ 2.321,50 ainda este ano, caso o reajuste seja aprovado.

A 10ª Conferência Nacional dos Bancários, encerrada dia 29 de julho, aprovou o dia 13 de agosto como data de entrega da minuta de reivindicações à Fenaban. Os bancários agora aguardam resposta da entidade patronal sobre a viabilidade da reunião.